

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Relatório do auditor independente

**Informações contábeis intermediárias
Em 31 de março de 2024**

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

**Informações contábeis intermediárias
Em 31 de março de 2024**

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias

Balanço patrimonial

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Companhia Província de Securitização
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da **Companhia Província de Securitização** (“**Companhia**”), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para o período de três meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas .

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários-CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas, não foram elaboradas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração Intermediária do Valor Adicionado (DVA)

As informações trimestrais acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 15 de maio de 2024.

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às determinações legais, submetemos a apreciação de V. Sas. às Informações Contábeis Intermediárias da Companhia Província de Securitização (“Companhia”), relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2024, acompanhadas das notas explicativas e do relatório de revisão dos auditores independentes sobre Informações contábeis Intermediárias.

A Companhia mantém um nível de endividamento e fluxo de recebíveis compatível com suas obrigações.

Até 31 de março de 2024, a Companhia realizou a emissão e distribuição de 89 (oitenta e nove) emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), com valor total de R\$ 5.998.800 e 13 (treze) emissões de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), com valor total de R\$ 1.322.603.

Estão ativas em 31 de março de 2024, 65 (sessenta e cinco) emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários, com valor total de R\$ 3.858.843 e 13 (treze) emissões de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, com valor total de R\$ 1.272.603.

Estão ativas em 31 de março de 2024 as seguintes séries de Certificados de Recebíveis Imobiliários:

Data	Emissão	Série	Quantidade de CRI	Volume de emissão CRI
12/05/2020	3	10	15	15.000
28/05/2020	3	12	7	7.000
21/08/2020	3	14	25	25.000
21/08/2020	3	15	25	25.000
28/09/2020	3	19	27	27.000
15/10/2020	3	20	32	32.400
15/10/2020	3	21	8	8.100
23/10/2020	3	22	38	37.500
23/10/2020	3	23	38	37.500
23/10/2020	3	25	10	9.750
22/12/2020	3	27	35	35.000
22/12/2020	3	28	35	35.000
15/02/2021	3	29	32	32.000
18/02/2022	3	33	75	75.000
19/10/2021	3	37	6	6.200
18/06/2021	3	38	27	27.001
18/06/2021	3	39	3	3.003
23/06/2021	3	40	46	45.500
23/06/2021	3	41	56	56.000
01/09/2021	3	45	102	101.937
01/09/2021	3	46	25	25.484
18/06/2021	3	47	80	80.000
17/12/2021	3	49	45	45.000
01/12/2021	3	50	90	90.000
23/03/2022	3	52	85	85.000
10/12/2021	3	53	28	28.000
28/04/2022	3	55	6	6.000
20/04/2022	3	56	10	10.000

16/08/2022	4	1	26	26.100
27/05/2022	5	1	31	30.500
04/10/2022	6	1	44	44.000
03/11/2022	7	1	19	18.500
29/06/2022	8	1	35	35.300
29/06/2022	9	1	33	33.000
18/12/2023	9	2	5	5.000
27/06/2022	10	1	80	80.000
08/09/2022	11	1	10	10.000
08/09/2022	11	2	10	10.000
27/07/2022	13	1	100	100.000
27/07/2022	13	2	100	100.000
11/05/2023	14	1	27	26.500
30/06/2023	15	1	36	36.000
18/08/2022	16	1	37	36.900
18/08/2022	16	2	43	43.100
01/11/2022	17	1	19	18.600
17/10/2022	18	1	65	65.000
22/08/2022	19	1	35	35.000
19/09/2022	20	1	50	50.000
09/12/2022	21	1	23	22.500
20/10/2022	22	1	12	12.200
20/10/2022	22	2	6	6.000
21/10/2022	23	1	32	32.310
15/12/2022	24	1	55	55.000
25/08/2023	24	2	20	20.000
20/12/2023	25	1	50.742	50.742
20/12/2023	25	2	12.686	12.686
03/11/2022	27	1	60	60.000
24/10/2022	28	1	13	13.400
30/06/2023	29	1	10	9.849
30/06/2023	29	2	1	1.094
04/08/2023	29	3	4	4.058
04/08/2023	29	4	0	450
29/09/2023	29	5	4	4.149
29/09/2023	29	6	0	461
28/12/2023	29	7	9	8.937
28/12/2023	29	8	1	993
03/03/2023	30	1	253	253.347
03/03/2023	30	2	24	23.844
03/03/2023	30	3	21	20.865
30/06/2023	31	1	150	149.542
30/06/2023	31	2	9	8.797
30/06/2023	31	3	18	17.593
21/07/2023	32	1	22	22.000
15/08/2023	34	1	26	26.000
10/08/2023	35	1	44.737	44.737
10/08/2023	35	2	5.263	5.263
10/08/2023	35	3	2.632	2.633
11/09/2023	35	4	35.789	35.789
11/09/2023	35	5	4.211	4.211
11/09/2023	35	6	2.509	2.507
19/12/2023	36	1	24	23.609
06/03/2024	37	1	46	46.154
06/03/2024	37	2	23	22.500
06/03/2024	37	3	23	22.500
09/11/2023	38	1	70	70.000
17/10/2023	39	1	250	250.000
17/10/2023	39	2	103	103.106
17/10/2023	39	3	39	39.235

15/01/2024	40	1	96	96.101
15/01/2024	40	2	5	5.339
15/01/2024	40	3	5	5.339
28/12/2023	41	1	29	28.500
24/01/2024	42	1	28	28.000
05/12/2023	44	1	12	12.156
05/12/2023	44	2	20	20.044
24/11/2023	45	1	25.582	25.582
24/11/2023	45	2	4.797	4.797
24/11/2023	45	3	1.673	1.673
21/12/2023	45	4	24.434	24.434
21/12/2023	45	5	4.581	4.581
21/12/2023	45	6	1.561	1.561
18/01/2024	46	1	49	48.500
11/01/2024	47	1	54	54.300
23/01/2024	53	1	25	25.000
31/01/2024	54	1	32	32.000
31/01/2024	54	2	8	8.000
20/02/2024	56	1	88.000	88.000
20/02/2024	56	2	16.500	16.500
20/02/2024	56	3	5.500	5.500

Estão ativas em 31 de março de 2024 as seguintes séries de Certificados de Recebíveis do Agronegócio:

Data	Emissão	Série	Quantidade de CRI	Volume de emissão CRI
12/05/2020	1	1	32	31.500
28/05/2020	2	1	100	100.000
21/08/2020	3	1	21	21.103
21/08/2020	4	1	500	500.000
28/09/2020	6	1	35	35.000
15/10/2020	6	2	15	15.000
15/10/2020	7	1	70	70.000
23/10/2020	8	1	50	50.000
23/10/2020	9	1	20	20.000
23/10/2020	9	2	30	30.000
22/12/2020	10	1	150	150.000
22/12/2020	11	1	150	150.000
15/02/2021	12	1	50	50.000
18/02/2022	13	1	50	50.000

A Companhia apresentou no trimestre findo em 31 de março de 2024 um lucro líquido de R\$ 1.128 (R\$ 315 em 31 de março de 2023). O patrimônio líquido da Companhia em 31 de março de 2024 é de R\$ 5.440 (R\$ 4.475 em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia permanece concentrando seus esforços, em estudos para identificar oportunidades de negócios e em prospecção no mercado imobiliário. Os recursos para garantir a sua continuidade operacional foram, a partir deste ano, providos de suas atividades como securitizadora.

Informamos que a auditoria externa realizou no trimestre findo em 31 de março de 2024 exclusivamente o trabalho de auditoria das demonstrações contábeis.

A administração permanece ao inteiro dispor dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos desejados.

São Paulo, 15 de maio de 2024.

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Balanços patrimoniais

Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota Explicativa	31/03/2024	31/12/2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.837	1.349
Clientes	5	108	13
Impostos a recuperar	6	4.391	3.731
Adiantamentos salariais		6	9
Outros valores a receber	7	151	111
Total do circulante		6.493	5.213
Não circulante			
Depósito em caução		2	2
Imobilizado	9	52	56
Total do não circulante		54	58
Total do ativo		6.547	5.271

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Balanços patrimoniais

Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Nota Explicativa	31/03/2024	31/12/2023
Circulante			
Dividendos a pagar		-	267
Fornecedores		46	49
Obrigações trabalhistas	10	212	176
Impostos e contribuições a recolher	11	641	209
Outras obrigações	12	208	95
Total do circulante		1.107	796
Patrimônio líquido	15		
Capital Social		820	820
Reservas de lucros		-	-
Legal		164	164
Reserva de lucros a distribuir		-	-
Estatutária		3.328	3.491
Resultado do período		1.128	-
Total do patrimônio líquido		5.440	4.475
Total do passivo e patrimônio líquido		6.547	5.271

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Demonstrações do resultado

Períodos findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	De 01/01/2024 a 31/03/2024	De 01/01/2023 a 31/03/2023
Receita bruta			
Prestação de serviços	16	1.713	1.047
Deduções da receita			
Impostos sobre serviços	16	(160)	(105)
		1.553	942
Receitas/(despesas) operacionais			
Salários, encargos sociais e benefícios	17	(724)	(592)
Serviços de terceiros	18	(442)	(280)
Anúncios e publicações		-	10
Locação de salas		(20)	(13)
Cartórios		(1)	(2)
Comunicação		-	(12)
Outras despesas administrativas		(50)	(45)
Resultado financeiro líquido	19	1.321	378
Despesas tributárias		(28)	(9)
Outras receitas/(despesas) operacionais		91	93
		147	(472)
Resultado antes dos impostos		1.700	470
Imposto de Renda	13	(419)	(112)
Contribuição Social	13	(153)	(43)
Resultado líquido dos períodos		1.128	315
Lucro por ação	15	0,0014	0,0004

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Demonstrações do resultado abrangente

Períodos findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	De 01/01/2024 a 31/03/2024	De 01/01/2023 a 31/03/2023
Lucro líquido do período	<u>1.128</u>	<u>315</u>
Resultados abrangentes do período	<u>1.128</u>	<u>315</u>

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Demonstrações da mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	<u>Capital Social</u>	<u>Reserva Legal</u>	<u>Reserva de Lucro a distribuir</u>	<u>Lucro acumulado</u>	<u>Patrimônio líquido</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	820 0	164	2.586	-	3.570
Lucro líquido do período	-	-	-	315	315
Destinação do lucro					
Dividendos distribuídos	-	-	(537)	-	(537)
Saldo em 31 de março de 2023	<u>820</u>	<u>164</u>	<u>2.049</u>	<u>315</u>	<u>3.348</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	820 0	164	3.491	-	4.475
Lucro líquido do período	-	-	-	1.128	1.128
Destinação do lucro					
Dividendos distribuídos	-	-	(163)	-	(163)
Saldo em 31 de março de 2024	<u>820</u>	<u>164</u>	<u>3.328</u>	<u>1.128</u>	<u>5.440</u>

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	De 01/01/2024 a 31/03/2024	De 01/01/2023 a 31/03/2023
Atividades operacionais		
Lucro líquido do período	1.128	315
Depreciação	4	4
	1.132	319
Variações dos ativos e passivos		
Clientes	(95)	102
Impostos a recuperar	(660)	485
Adiantamentos salariais	3	-
Outros valores a receber	(40)	(36)
Fornecedores	(3)	(11)
Obrigações trabalhistas	36	10
Impostos e contribuições a recolher	432	(947)
Outras obrigações	113	12
	(214)	(385)
Fluxo de caixa gerado/(consumido) nas atividades operacionais	918	(66)
Atividades de Investimentos		
Aquisição de imobilizado	-	(7)
Fluxo de caixa consumido nas atividades de investimentos	-	(7)
Atividades de Financiamento		
Pagamento de dividendos	(430)	(740)
Fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento	(430)	(740)
Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	488	(813)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.349	1.671
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.837	858
Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	488	(813)

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Demonstrações dos valores adicionados

Períodos findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	De 01/01/2024 a 31/03/2024	De 01/01/2023 a 31/03/2023
Receitas		
Prestação de serviços	1.713	2.771
	<u>1.713</u>	<u>2.771</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia e outros	(31)	(166)
Serviços de terceiros	(442)	(1.030)
	<u>1.240</u>	<u>1.574</u>
Valor adicionado bruto		
Retenções	(4)	(4)
Depreciação		
	<u>1.236</u>	<u>1.570</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	1.320	2.207
Outras receitas	89	27
	<u>2.645</u>	<u>3.803</u>
Valor adicionado a distribuir		
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações	408	906
Benefícios	185	223
FGTS	29	41
Outros	-	1
Impostos, taxas e contribuições		
Federal e Municipal	862	1.196
Remuneração de capital de terceiros		
Aluguéis	33	64
Despesas bancárias	-	3
Remuneração do capital próprio		
Lucro do período	1.128	1.370
	<u>2.645</u>	<u>3.803</u>

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Para o trimestre findo em 31 de março 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia Província de Securitização (“Companhia”), sociedade por ações com registro de companhia securitizadora perante a CVM, categoria S1, sob o número 1942-9, e devidamente autorizada a funcionar como companhia securitizadora nos termos da Resolução CVM nº 60 e alterações posteriores, foi constituída em 18 de outubro de 2000, e tem por objeto social: a) a aquisição e a securitização de direitos creditórios e/ou créditos hipotecários, imobiliários do agronegócio e de créditos oriundos de operações imobiliárias, de valores mobiliários lastreados em direitos de crédito e créditos do agronegócio, créditos imobiliários e assim compreendida a compra, venda e prestação de garantias em créditos hipotecários e, imobiliários e do agronegócio; bem como e de créditos oriundos de operações de empréstimo, de financiamento e de arrendamento mercantil contratados com bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de arrendamento mercantil e companhias hipotecárias; b) a prestação de serviços referentes a operações no mercado secundário de hipotecas e de créditos oriundos de operações imobiliárias e do agronegócio; c) a emissão e colocação, de forma pública ou privada, no mercado financeiro e de capitais, de Certificado de Recebíveis Imobiliários (“CRIs”), e Certificados de Recebíveis do Agronegócio (“CRAs”), ou de qualquer outro título de crédito ou valores mobiliários lastreados em direitos creditórios e/ou créditos do agronegócio ou imobiliários compatível com suas atividades; e de outros títulos de crédito; d) a realização de negócios e prestação de serviços compatíveis com as atividade de securitização de direitos creditórios e/ou créditos do agronegócio e créditos imobiliários e hipotecários, incluindo, mas não se limitando, a emissões de CRI e CRA, a administração, recuperação e alienação de direitos creditórios e/ou créditos do agronegócio e créditos imobiliários e hipotecários, bem como a realização de operações em mercados de derivativos, incluindo mas não se limitando a digitação de títulos em sistema de mercado de balcão, administração, recuperação e alienação de direitos de crédito e/ou créditos; e) a realização de operações de hedge em mercados de derivados visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos e/ou direitos creditórios do agronegócio, imobiliários e hipotecários e f) exercer a atividade de agente fiduciário em emissão de Letra Imobiliária Garantida (LIG).

A Companhia teve deferido, em observância ao artigo 56. da Resolução CVM nº 80, o pedido de cancelamento do registro de companhia aberta, categoria B.

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Para o trimestre findo em 31 de março 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme previsto pela Lei nº 9.514/97 e alterações posteriores, as empresas securitizadoras de crédito imobiliário estão obrigadas a manter contabilidade individualizada por projeto. Desta forma, os procedimentos contábeis aplicáveis às operações de securitização de recebíveis imobiliários da Companhia, nas quais tenha sido instituído regime fiduciário e que não tenham garantia da Companhia, estão adequadas as normas que tratam da divulgação de demonstrações contábeis independentes para as emissões de CRIs e implica na desvinculação completa das contas contábeis relativas a operações em questão, das demonstrações contábeis da Companhia. As demonstrações contábeis da Companhia passam a refletir a total independência e autonomia existentes entre o patrimônio separado e o patrimônio da Companhia.

2. Base de elaboração e apresentação das informações contábeis intermediárias

(a) Base de apresentação

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base na Lei nº 6.404/76, complementada pelas alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e deliberados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a Companhia.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 31 de março de 2024 foram aprovadas pela Administração da Companhia em 15 de maio de 2024.

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Para o trimestre findo em 31 de março 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Novas normas e interpretações

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis anuais da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26 (R1), de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para os períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os direitos creditórios existentes podem exigir renegociação.

Não é esperado que essas alterações tenham impacto nas informações contábeis trimestrais da Companhia.

(b) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e devidamente aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, tanto no balanço patrimonial da Companhia, quanto nos patrimônios em separados de cada Certificado de Recebíveis Imobiliários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Para o trimestre findo em 31 de março 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia está sujeita no curso normal dos nossos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, dentre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que sejam movidos contra a Companhia poderão ser adversamente afetados, independentemente do respectivo resultado final.

Não é possível garantir que essas autoridades não autuarão a Companhia, nem que essas infrações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco, o resultado, tanto dos eventuais processos administrativos ou judiciais.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das informações contábeis intermediárias foram basicamente as seguintes:

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios. As receitas compreendem substancialmente o valor presente pela prestação de serviços. A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a execução dos serviços realizados até da data base destas informações contábeis intermediárias.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários disponíveis, bem como aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Outros ativos e passivos circulantes

Demonstrados pelos valores de custo de aquisição incluindo os rendimentos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia) auferidos e, quando aplicável, ajustados aos valores de realização. Os ativos são reconhecidos no balanço patrimonial quando for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados à Companhia, e o seu valor pode ser mensurado com segurança. Já o passivo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia tem uma obrigação oriunda de eventos passados, com probabilidades de que um recurso seja requerido para liquidação desta obrigação.

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Para o trimestre findo em 31 de março 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Instrumentos financeiros

d.1) Classificação e mensuração

A Companhia classifica suas aplicações financeiras sob a categoria de títulos para negociação, mensuradas pelo valor justo através do resultado. A administração determinou a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial com base na finalidade para o qual os ativos financeiros foram adquiridos.

d.2) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Os ativos dessa categoria são mensurados pelo valor justo, os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no seu valor justo são registrados diretamente no resultado.

e) Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto de renda, quando aplicável, é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240, e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor.

Impostos a recuperar são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação dos referidos impostos retidos na fonte.

f) Baixa de ativos

O tratamento contábil de transferências de ativos financeiros depende da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos são transferidos a terceiros:

- 1) Se a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios a terceiros - securitização de ativos na qual o cedente não retém uma dívida subordinada ou concede uma melhoria de crédito aos novos titulares - os ativos securitizados são removidos do balanço;
- 2) Se a Companhia retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido - securitização de ativos na qual o cedente retém uma dívida subordinada ou concede uma melhoria de crédito aos novos titulares venda de ativos financeiros - os ativos securitizados não são removidos do balanço, sendo reconhecido um passivo financeiro correspondente, por um valor igual à contraprestação recebida.

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Para o trimestre findo em 31 de março 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

g) Lucro ou prejuízo por ação

O lucro ou prejuízo por ação é apurado mediante a divisão do resultado líquido da Companhia pela quantidade média ponderada de ações existentes no período.

h) Apresentação das informações por segmentos

A Companhia atua única e exclusivamente no segmento de securitização de recebíveis imobiliários e do agronegócio, motivo pelo qual não se aplica a apresentação das informações de segmentação requeridas pelo CPC 22.

i) Passivos contingentes

Contingências passivas são reconhecidas nas informações contábeis intermediárias quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco da perda de uma ação, com provável saída de recursos para a liquidação das obrigações em montantes mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos, quando considerados relevantes, são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão ou divulgação.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.837	1.349
	<u>1.837</u>	<u>1.349</u>

5. Clientes

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Serviços prestados a receber	108	13
	<u>108</u>	<u>13</u>

Os valores a receber de clientes referem ao faturamento de prestação de serviços de gestão na emissão dos Certificados de Recebíveis Imobiliários e dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio.

6. Impostos a recuperar

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
IRRF, PIS, COFINS e CSLL retidos (i)	1.333	2.173
Saldo credor de exercícios anteriores	3.058	1.558
	<u>4.391</u>	<u>3.731</u>

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Para o trimestre findo em 31 de março 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Os impostos retidos se referem a: IRRF sobre aplicações financeiras no montante de R\$ 1.289 (Em 31 dezembro de 2023, R\$ 2.161); IRRF sobre serviços prestados no montante de R\$ 22 (Em 31 dezembro de 2023, R\$ -); CSLL retida no montante de R\$ 10 (Em 31 dezembro de 2023, R\$ -); Cofins retido no montante de R\$ 10 (Em 31 dezembro de 2023, R\$ 10); e PIS retido no montante de R\$ 2 (Em 31 dezembro de 2023, R\$2).

7. Outros valores a receber

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Valores a receber dos patrimônios separados (i)	151	111
	<u>151</u>	<u>111</u>

- (i) Referem-se a valores pagos com caixa proprietário relacionado com as operações de Certificado de Recebíveis Imobiliários e Certificados de Recebíveis do Agronegócio que serão reembolsados pelos patrimônios separados e/ou partes envolvidas nas emissões, tais como cedentes, devedores e investidores.

8. Transação com partes relacionadas

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia prestou serviços de administração para os Patrimônios Separados, cujo valores estão demonstrados na nota explicativa nº 16.

A Companhia não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da administração.

9. Imobilizado

O saldo do imobilizado é composto de:

a) Imobilizado de Uso

Imobilizado	Taxa de Depreciação Anual	Saldo 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldo 31/03/2024
	Computadores e periféricos Imobilizado	20%	82	-	-
		<u>82</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>82</u>

Depreciações	Taxa de Depreciação Anual	Saldo 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldo 31/03/2024
	Computadores e periféricos Depreciações	20%	(26)	(4)	-
		<u>(26)</u>	<u>(4)</u>	<u>-</u>	<u>(30)</u>

Imobilizado líquido		<u>56</u>	<u>(4)</u>	<u>-</u>	<u>52</u>
---------------------	--	-----------	------------	----------	-----------

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Para o trimestre findo em 31 de março 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Obrigações trabalhistas

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Provisão de férias e de 13º salário	126	102
INSS e FGTS sobre férias e 13º salário a recolher	44	35
INSS e FGTS sobre salários a recolher	42	39
	<u>212</u>	<u>176</u>

11. Impostos e contribuições a recolher

O saldo de impostos e contribuições a recolher é assim composto:

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Provisão de imposto de renda	419	-
Provisão de contribuição social	153	134
COFINS, PIS e ISS a recolher	60	60
IRRF sobre salários	8	14
Impostos retidos no pagamento de terceiros	1	1
	<u>641</u>	<u>209</u>

12. Outras obrigações

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Recebimentos antecipados de custos dos Patrimônios Separados	171	60
Outros credores	37	35
	<u>208</u>	<u>95</u>

13. Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro

As composições das despesas de imposto de renda e de contribuição social nos trimestres findos em 31 de março de 2024 e 2023 encontram-se resumidas a seguir:

	<u>31/03/2024</u>		<u>31/03/2023</u>	
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Resultado antes do IRPJ e CSLL	<u>1.700</u>	<u>1.700</u>	<u>470</u>	<u>470</u>
Adições/Exclusões	-	-	3	3
Resultado antes da compensação do prej fiscal, base de cálculo negativa	<u>1.700</u>	<u>1.700</u>	<u>473</u>	<u>473</u>
Resultado tributado	<u>1.700</u>	<u>1.700</u>	<u>473</u>	<u>473</u>
Imp. de renda - Alíquota 15%	(255)		(71)	
Imp. de renda - Alíquota 10%	(164)		(41)	
Contribuição social - alíquota 9%		(153)		(43)
	<u>(419)</u>	<u>(153)</u>	<u>(112)</u>	<u>(43)</u>

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Para o trimestre findo em 31 de março 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Os consultores jurídicos da Companhia não identificaram a existência de riscos tributários, cíveis e trabalhistas que tenham prognóstico de perda provável, ou risco tributários com risco de perda mais provável que as chances de êxito à luz do ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de tributos sobre o lucro.

15. Patrimônio líquido

O capital social está representado por 820.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal e totalmente integralizadas.

Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito de um voto nas deliberações da Assembleia Geral de Acionistas, cujas deliberações serão tomadas na legislação aplicável, do Estatuto Social e Acordos de Acionistas.

O Estatuto Social da Companhia prevê que o saldo remanescente dos resultados apurados em cada exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados, terão a seguinte destinação: (a) 5% para a constituição de reserva legal, que não excederá 20% do capital social; (b) 10% serão distribuídos aos acionistas a título de dividendos obrigatórios e (c) o saldo ficará à disposição da Assembleia Geral.

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2024 foram distribuídos R\$ 267 na forma de dividendos mínimo obrigatório e o montante de R\$ 163 relativos a lucros de exercícios anteriores.

Em atendimento ao CPC 41(IAS 33) aprovado pela Resolução CVM nº 113 - Resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para os trimestres findos em 31 de março de 2024 e 2023. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico:

Lucro básico por ação	31/03/2024	31/03/2023
Numerador		
Lucro líquido do período	1.128	315
Média ponderada do número de ações	820.000	820.000
Lucro líquido básico por ação	0,0014	0,0004

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Para o trimestre findo em 31 de março 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Receita operacional líquida

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Receita de securitização	1.713	1.047
(-) Despesa com COFINS	(12)	(46)
(-) Despesa com PIS	(72)	(7)
(-) Despesa com imposto sobre serviços	(76)	(52)
totais	<u>1.553</u>	<u>942</u>

17. Salários, encargos sociais e benefícios

A despesa com salários, encargos sociais e benefícios é composta das seguintes contas:

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Salários	(191)	(210)
Pró-labore	(50)	(49)
Bônus	(92)	-
Provisão de férias e de 13º salário	(65)	(45)
INSS e FGTS sobre folha	(124)	(88)
INSS e FGTS sobre provisão de férias e 13º salário	(9)	(12)
Assistência médica	(104)	(110)
Programa de alimentação ao trabalhador	(77)	(67)
Seguro de vida	(1)	(1)
Auxílio educação	(10)	(9)
Vale transporte	(1)	(1)
Totais	<u>(724)</u>	<u>(592)</u>

18. Serviços de terceiros

A despesa com serviços de terceiros é composta das seguintes contas:

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Contabilidade	(8)	(8)
Auditoria	(22)	(5)
Jurídicas	(73)	(6)
Assessoria e consultoria	(251)	(192)
CETIP	(31)	(7)
Custódia	-	(1)
Escrituração de CRI	(16)	(21)
Informática	(28)	(26)
Outros serviços de terceiros	(13)	(14)
Totais	<u>(442)</u>	<u>(280)</u>

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Para o trimestre findo em 31 de março 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro é composto das seguintes contas:

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Receitas de aplicações financeiras	39	16
Outras receitas (despesas) financeiras	1.282	363
Despesas com tarifas bancárias	-	(1)
Totais	<u>1.321</u>	<u>378</u>

20. Informações sobre emissão de certificados de recebíveis imobiliários e certificados de recebíveis do agronegócio

Em 23 de dezembro de 2021 foi publicada a Resolução CVM nº 60, que dispõe sobre as companhias securitizadora de direitos creditórios registradas na CVM e revoga as Instruções CVM nºs. 414, de 30 de dezembro de 2004, 443, de 8 de dezembro de 2006, 600, de 1º de agosto de 2018, e 603, de 31 de outubro de 2018 que entrou em vigor a partir de 2 de maio de 2022, e dispõe sobre as demonstrações contábeis dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio e Certificados de Recebíveis Imobiliários, devendo ser apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos patrimônios separados regidos pela Lei nº 9.514/97 do artigo 50 da Resolução CVM nº 60/2021 as quais incluem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e demais normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários CVM que requer que as Securitizadoras considerem cada patrimônio separado, não consolidado, como uma entidade que reporta.

Em atendimento a essa disposição, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia deixou de fazer constar nas suas notas explicativas, as demonstrações contábeis vinculadas aos patrimônios separados por ela instituídos, passando a disponibilizá-las em sua página na rede mundial de computadores, em até três meses após o encerramento do exercício social, o qual foi estabelecido como sendo 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano, para todos os patrimônios separados ativos naquela data conforme determinado pelo Termo de Securitização.

21. Eventos subsequentes

A Administração não identificou eventos subsequentes que pudessem modificar as informações contábeis trimestrais apresentadas em 31 de março de 2024.